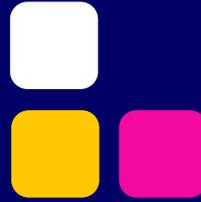


RELATÓRIO PRÁTICO DE PARCERIAS MROSC



RELATÓRIO PRÁTICO DE PARCERIAS MROSC



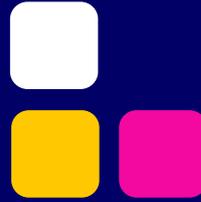
Introdução

Este relatório explora as complexidades operacionais enfrentadas pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC) na gestão de parcerias sob o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), com base na vasta experiência da PROJETUS. Desde o aprimoramento da ideia inicial de uma OSC para captar emendas parlamentares, passando pela destinação de recursos, submissão de propostas, gestão financeira e administrativa, até a prestação de contas, este documento aborda cada etapa do processo. A PROJETUS, com sua experiência em responder a diligências, ajustar e celebrar instrumentos via sistema Transfere Gov BR, gerenciar execução de projetos, e lidar com regularizações e relatórios, oferece insights valiosos para melhorar a eficiência e eficácia na administração de recursos e projetos no terceiro setor.

Baseando-se na extensa **experiência prática da PROJETUS, que acompanhou quase 200 termos de fomento e colaboração desde 2019 em 7 ministérios diferentes, e na escuta ativa de mais de 120 instituições na comunidade do @EmpreendedorPublico**, este documento visa desvendar os desafios e obstáculos enfrentados no processo de gestão e execução de projetos no terceiro setor. Através de uma análise detalhada dos casos, buscamos proporcionar insights valiosos e recomendações práticas para otimizar a gestão de parcerias e recursos públicos no contexto do MROSC, contribuindo para uma maior eficiência e impacto social positivo.



RELATÓRIO PRÁTICO DE PARCERIAS MROSC



Contexto

O universo das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no Brasil é vasto e diversificado. De acordo com o Mapa das OSCs do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), existem cerca de 820 mil organizações em atividades no país. Paralelamente, um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou 236 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) em 2016. Essa diferença nos números reflete as bases de dados utilizadas por cada instituto, sendo o Mapa das OSCs baseado no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e o FASFIL no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE).

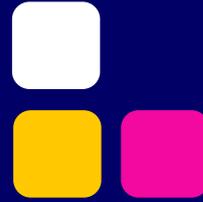
Apesar das diferenças nos universos analisados, as características das OSCs são similares. A maioria está localizada na região Sudeste, seguindo o arranjo populacional do Brasil. Além disso, as OSCs tendem a empregar predominantemente mulheres, embora com remunerações médias inferiores às dos homens.

No contexto do Transfere Gov, estima-se que apenas cerca de 12 mil instituições possuem perfil na plataforma, o que reflete a realidade desafiadora das OSCs, especialmente as de pequeno porte, que constituem cerca de 85% do total. Estas organizações muitas vezes nascem de projetos familiares em resposta a uma necessidade pública específica. A maioria não possui estrutura administrativa robusta, enfrenta dificuldades com questões técnicas e carece de recursos humanos capacitados para lidar com as exigências da administração pública.

Nosso estudo centra-se nessas pequenas organizações, buscando compreender e abordar os desafios que enfrentam, especialmente em relação ao gerenciamento de recursos e à execução de projetos. A atuação das OSCs deve focar em suas competências essenciais, como o desenvolvimento da sociedade e o atendimento a políticas públicas, realizando atividades de interesse público e coletivo.

Além disso, é crucial destacar uma estatística preocupante revelada pelo painel gerencial do Ministério da Economia. Na análise de mais de 6.000 parcerias submetidas

RELATÓRIO PRÁTICO DE PARCERIAS MROSC

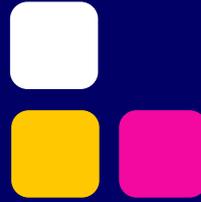


por OSCs ao governo federal, que envolvem emendas parlamentares e são executadas via termo de fomento, constatou-se que apenas cerca de 61% dessas parcerias foram efetivamente celebradas. Notavelmente, aproximadamente 38% dessas propostas enfrentaram impedimentos técnicos.



Painel Gerencial: Discionários e Legais, acessado em 25/11/2023

Este dado aponta para uma taxa alarmante de impedimentos, indicando obstáculos significativos no processo de aprovação e implementação de parcerias. Tal cenário ressalta a necessidade urgente de revisão e otimização dos processos - com o objetivo de reduzir os entraves técnicos e facilitar a realização de projetos que beneficiam a sociedade civil organizada. A eficiência no estabelecimento dessas parcerias é fundamental para assegurar que os recursos e esforços despendidos pelas OSCs resultem em entregas concretas e impactantes para a comunidade.



Propaganda assinatura

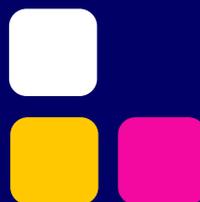
Perfil observado

Adicionalmente, é importante destacar o perfil diversificado das instituições acompanhadas neste estudo. Elas estão distribuídas por 17 estados e o Distrito Federal, abrangendo uma ampla gama de temáticas e níveis de escolaridade de suas lideranças. Encontramos organizações lideradas por indivíduos com alta qualificação acadêmica, como mestrado ou pós-graduação, ao lado de instituições comandadas por líderes com conhecimentos mais básicos, incluindo alguns com dificuldades em assinar o próprio nome.

Esta diversidade reflete-se nos desafios enfrentados por estas organizações. Curiosamente, independentemente do nível de instrução dos líderes, os desafios tendem a ser semelhantes. Embora aqueles com maior formação acadêmica possam ter uma compreensão mais aprofundada das etapas envolvidas na gestão de projetos e na navegação burocrática, eles também encontram obstáculos em aspectos técnicos. Isso evidencia que, independentemente do perfil, todas as OSCs enfrentam dificuldades significativas em se adaptar e cumprir com as exigências da administração pública, ressaltando a necessidade de abordagens mais acessíveis e eficientes no suporte a essas entidades.



RELATÓRIO PRÁTICO DE PARCERIAS MROSC

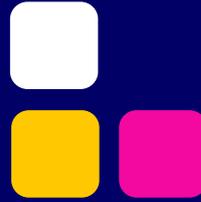


Processos acompanhados

Abaixo segue a relação dos números de processo e proposta que constituem a base deste estudo, ilustrando a extensa experiência da PROJETUS na gestão de parcerias e projetos no terceiro setor. Esta compilação abrange uma série de iniciativas desenvolvidas em colaboração com diferentes ministérios, refletindo a diversidade e a complexidade dos desafios enfrentados. A análise destes números oferece uma visão valiosa sobre as operações práticas e os obstáculos superados pela PROJETUS na implementação eficaz de projetos sob o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

INSTITUIÇÃO	CONCEDENTE	IDENTIFICADOR
COMUNIDADE TERAPEUTICA ELSHADAI-C.T.E	MIN.DESENV.E ASSIT.SOCIALFAM.E COMBATE FOME	71000.012366/2022-93
COOPERATIVA HABITACIONAL DO RECANTO DAS EMAS-DF	MINISTERIO DO ESPORTE	71000.064640/2022-18
NUCLEO SOCIO-CULTURAL SEMENTE DO AMANHA	MINISTÉRIO DAS MULHERES	00135.206153/2022-57
ASSOCIAÇÃO ATLETICA NEUROL	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.009857/2022-57
ASSOCIACAO CULTURAL NAMASTE	MINISTERIO DA CULTURA	72031.003790/2022-42
INSTITUTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL	MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	00135.212516/2022-93
ASSOCIACAO CRISTA DOS ARTISTAS	MINISTERIO DA CULTURA	72031.003684/2022-69
CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE - MARKA	MINISTÉRIO DAS MULHERES	00135.206140/2022-88
CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE - MARKA	MINISTÉRIO DAS MULHERES	00135.217031/2022-96
ASSOCIACAO EMIVAL DE APOIO A COMUNIDADE	MINISTERIO DO ESPORTE	71000.064739/2022-10
ASSOCIACAO EDUCANDO COM O SURF E A PRESERVACAO AMBIENTAL – EDUCASURF	MINISTERIO DO ESPORTE	71000.011067/2022-31
CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE - MARKA	MINISTÉRIO DAS MULHERES	00135.205218/2022-47
CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE - MARKA	MINISTÉRIO DAS MULHERES	00135.216910/2022-09
CENTRO DE INCLUSO SOCIAIS CANAA	MINISTÉRIO DA CULTURA	72031.011723/2022-00
ASSOCIAÇÃO APRISCO	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	71000.012420/2022-09
INSTITUTO EXTRACTUS	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	71000.029205/2022-39
ASSOCIAÇÃO DE BASQUETE DE ANÁPOLIS - ABA	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	71000.028161/2022-20
ASSOCIACAO EDUCANDO COM O SURF EA PRESERVACAO AMBIENTAL – EDUCASURF	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	71000.028144/2022-92
OMNI INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	71000.028248/2022-05
ASSOCIACAO CRESCE - DF	MIN.DESENV. E ASSIT.SOCIAL, FAM.E COMBATE FOME	71000.028127/2022-55
SOCIEDADE PROFESSOR HEITOR CARRILHO	MIN.DESENV. E ASSIT.SOCIAL, FAM.E COMBATE FOME	71000.028360/2022-38
ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA KILOMBARTE	MIN.DESENV. E ASSIT.SOCIAL, FAM.E COMBATE FOME	71000.028171/2022-65
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E APOIO A MULHER PARAENSE	MIN.DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE F	71000.029191/2022-53

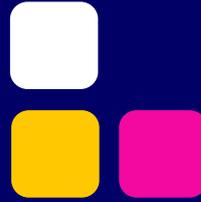
RELATÓRIO PRÁTICO DE PARCERIAS MROSC



Processos acompanhados

INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL LUMIART	MIN.DESENV. E ASSIT.SOCIAL, FAM.E COMBATE FOME	71000.028126/2022-19
COMUNIDADE TERAPEUTICA ELSHADAI-C.T. E	MIN.DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	71000.028154/2
ASSOCIACAO REVISTA DEPENDÊNCIA QUIMICA E SAÚDE MENTAL	MIN.DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	71000.028188/2022-12
INSTITUTO ABCCOM	MIN.DESENV. E ASSIT.SOCIAL, FAM.E COMBATE FOME	71000.028201/2022-33
ASSOCIAÇÃO VICENTINA DE ESPORTES RADICAIS	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.011069/2022-21
ASSOCIAÇÃO EMIVAL DE APOIO A COMUNIDADE	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.010794/2022-81
INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL LUMIART.	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	00150-00004643/2022-13
ASSOCIAÇÃO CRESCE - DF	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.010823/2022-13
ASSOCIAÇÃO DE BASQUETE DE ANÁPOLIS - ABA	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.010026/2022-28
INSTITUTO HIDROAMBIENTAL AGUAS DO BRASIL - IHAB	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.009493/2022-13
INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL LUMIART	SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO	04009-00000931/2022-66
ASSOCIAÇÃO PROMOCIONAL VIDA NOVA	MIN.DESENV.E ASSIT.SOCIAL,FAM.E COMBATE FOME	71000.012528/2022-93
ASSOCIACAO ARTESANAL MODA E TRADICAO	MINISTÉRIO DA CULTURA	72031.003671/2022-90
ASSOCIACAO ATLETICA AREADENSE	MINISTERIO DO ESPORTE	71000.010874/2022-37
INSTITUTO AVANTE DE JUVENTUDE	MIN.DESENV. E ASSIT.SOCIAL, FAM. E COMBATE FOME	71000.012610/2022-18
ASSOCIACAO ATLETICA NEUROLOGIA ATIVA	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.009857/2022-57
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E APOIO A MULHER PARAENSE	MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	00135.205578/2022-49
ASSOCIACAO CULTURAL SERTAO NA ARTE NOSSA SENHORA DA GLORIA/SE	MINISTÉRIO DA CULTURA	72031.003656/2022-41
ASSOCIACAO DE MORADORES DA VILA NOVA (ASMOVIN)	MINISTÉRIO DA CULTURA	72031.004018/2022-48
FEDERACAO NACIONAL DE COMUNIDADE TERAPEUTICA ESPIRITUALIDADE E CIENCIA - FENACT	MIN.DESENV. E ASSIT.SOCIAL, FAM.E COMBATE FOME	71000.012352/2022-70
ASSOCIACAO EDUCANDO COM O SURF E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - EDUCASURF	MIN.DESENV. E ASSIT.SOCIAL, FAM.E COMBATE FOME	71000.012555/2022-66
ASSOCIACAO DE CAPOEIRA KILOMBARTE	MINISTERIO DA CULTURA	72031.003681/2022-25
INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL LUMIART	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.021676/2022-07
INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL LUMIART	MINISTÉRIO DA CULTURA	72031.003614/2022-19
GRUPO ENTROU POR UMA PORTA	MINISTÉRIO DA CULTURA	72031.003741/2022-18
COOPERATIVA HABITACIONAL DO RECANTO DAS EMAS - COOHREMAS	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	00150-00004180/2022-90
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E PROMOCIONAL ESPORTIVA DE APOIO AO JOVEM	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.029751/2023-51
ASSOCIACAO CEARENSE DE INCLUSAO E ASSISTENCIA SOCIAL	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	08129.004829/2023-41
ASSOCIACAO CEARENSE DE INCLUSAO E ASSISTENCIA SOCIAL	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	71000.047701/2023-55
ASSOCIACAO CEARENSE DE INCLUSAO E ASSISTENCIA SOCIAL	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	052522/2023
ASSOCIACAO FEMININA DE ESTUDOS SOCIAIS E UNIVERSITARIOS	MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	028342/2023
ASSOCIACAO AGAPE	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	08129.005049/2023-19
ASSOCIACAO AGAPE	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	08129.005117/2023-40
ASSOCIACAO AGAPE	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE FOME	052782/2023

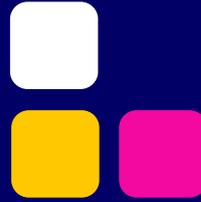
RELATÓRIO PRÁTICO DE PARCERIAS MROSC



Processos acompanhados

ASSOCIACAO AGAPE	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE FOME	052788/2023
CENTRO CULTURAL AS ÁGUAS DE SAO PAULO	MINISTÉRIO DA CULTURA	011167/2023
ASSOCIACAO APRISCO	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	71000.041433/2023-68
ASSOCIACAO FILANTROPICA ARTE SALVA VIDAS	MINISTÉRIO DAS MULHERES	024542/2023
INSTITUTO AVANTE DE JUVENTUDE	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	71000.032893/2023-03
ASSOCIACAO VICENTINA DE ESPORTES RADICAIS	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.033657/2023-04
INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL LUMIART	MINISTÉRIO DA CULTURA	008327/2023
INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL LUMIART	MINISTÉRIO DA CULTURA	009976/2023
ASSOCIACAO DESPORTIVA CAMPEOES DO DISTRITO FEDERAL - ADCAMDF	MINISTÉRIO DO ESPORTE	1000.030619/2023-91
ASSOCIACAO DESPORTIVA CAMPEOES DO DISTRITO FEDERAL - ADCAMDF	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.027835/2023-50
CASA DE RECUPERACAO RESGATE DE VALORES - CASA DO CAMINHO	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	053078/2023
CASA DE RECUPERACAO RESGATE DE VALORES - CASA DO CAMINHO	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PUBLICA	035079/2023
MUNICIPIO DE ARROIO DO TIGRE	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	035080/2023
CENTRO SOCIAL CATIRI EM ACAO	MINISTÉRIO DAS MULHERES	020850/2023
INSTITUTO PLANETA PANTANAL	MINISTÉRIO DA CULTURA	010959/2023
ASSOCIACAO GRUPO CULTURAL JONGO DA SERRINHA	MINISTÉRIO DA CULTURA	01400.006294/2023-38
COOPERATIVA HABITACIONAL DO RECANTO DAS EMAS-DF	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.033273/2023-83
COOPERATIVA HABITACIONAL DO RECANTO DAS EMAS-DF	MINISTÉRIO DA CULTURA	024119/2023
INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL LUMIART	MINISTÉRIO DA CULTURA	048537/2023
INSTITUTO PLANETA PANTANAL	MINISTÉRIO DA CULTURA	01400.006195/2023-56
INSTITUTO ECOMUND ARTE E VIDA	MINISTÉRIO DA CULTURA	011272/2023
INSTITUTO ANCESTRAL	MINISTÉRIO DA CULTURA	010468/2023
COMUNIDADE TERAPEUTICA ELSHADAI-C.T.E	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	1000.035225/2023-20
ASSOCIACAO EMIVAL DE APOIO A COMUNIDADE	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.033252/2023-68
ASSOCIACAO GRUPO CULTURAL JONGO DA SERRINHA	MINISTÉRIO DA CULTURA	1400.006149/2023-57
ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER DISTRITO DE BELEM	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.033680/2023-91
ASSOCIACAO GRUPO CULTURAL JONGO DA SERRINHA	MINISTÉRIO DA CULTURA	01400.006466/2023-73
INSTITUTO ESTRELA DE GUARULHOS	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.029796/2023-25
OMNI INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MINISTÉRIO DA CULTURA	01400.006627/2023-29
FAZENDA DA PAZ	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	1000.032856/2023-97
CENTRO CULTURAL E ESPORTIVO FE E CIDADANIA	MINISTÉRIO DA CULTURA	01400.007150/2023-07
CASA DE RECUPERACAO FONTE DA VIDA	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	052822/2023
CASA DE RECUPERACAO FONTE DA VIDA	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PUBLICA	009227/2023
INSTITUTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL	MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	009011/2023

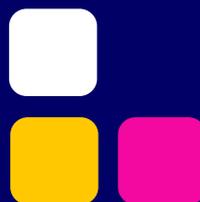
RELATÓRIO PRÁTICO DE PARCERIAS MROSC



Processos acompanhados

CENTRO CULTURAL E SOCIAL GRITO DE LIBERDADE - MESTRE COBRA	MINISTÉRIO DA CULTURA	023385/2023
ASSOCIACAO HANDEBOL ITAGUARU	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.030225/2023-33
HOSPITAL ESPECIALIZADO NO TRATAMENTO DE ALCOOL E DROGAS - ASSOCIACAO PENTEADO	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	011144/2023
HOSPITAL ESPECIALIZADO NO TRATAMENTO DE ALCOOL E DROGAS - ASSOCIACAO PENTEADO	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE FOME	71000.030964/2023-25
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E APOIO A MULHER PARAENSE	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.030964/2023-25
HIDROAMBIENTAL AGUAS DO BRASIL - IHAB	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.029403/2023-83
INSTITUTO SANTARRITENSE DE ESPORTE, CULTURA E LAZER - INSEL	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.030007/2023-07
ASSOCIACAO DE REEDUCACAO SOCIAL E REINTEGRACAO NO TRABALHO - PROJETO JABOQUE	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	71000.034312/2023-60
ESCOLA JEAN PIAGET ASSOCIACAO EDUCACIONAL	MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	00135.212551/2023-93
ASSOCIACAO GRUPO CULTURAL JONGO DA SERRINHA	MINISTÉRIO DA CULTURA	01400.006149/2023-57
ASSOCIACAO GRUPO CULTURAL JONGO DA SERRINHA	MINISTÉRIO DA CULTURA	01400.006294/2023-38
ASSOCIACAO GRUPO CULTURAL JONGO DA SERRINHA	MINISTÉRIO DA CULTURA	01400.006466/2023-73
INSTITUTO JOSE FREIRE D ANDRADE	MINISTÉRIO DA CULTURA	01400.009018/2023-21
GRUPO LIBERDADE DIREITOS HUMANOS DA MULHER PROSTITUIDA	MINISTÉRIO DAS MULHERES	024099/2023
ASSOCIACAO DE RECUPERACAO E REINSERCAO SOCIAL LIBERTAR	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	01400.006627/2023-29
ORGANIZACAO NAO GORVENAMENTAL MAOS QUE SEMEIAM	MINISTÉRIO DAS MULHERES	71000.029749/2023-81
ORGANIZACAO NAO GORVENAMENTAL MAOS QUE SEMEIAM	MINISTÉRIO DAS MULHERES	020841/2023
ASSOCIACAO ARTESANAL MODA E TRADICAO	MINISTÉRIO DA CULTURA	009479/2023
ASSOCIACAO CULTURAL NAMASTE	MINISTÉRIO DA CULTURA	01400.008498/2023-11
ASSOCIACAO ATLETICA NEUROLOGIA ATIVA	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.042997/2023-18
INSTITUTO NOVA ALIANCA	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.030824/2023-57
NUCLEO CONVIVENCIAS DE ATENCAO ESPECIAL A INDIVIDUOS COM DESORDENS EMOCIONAIS E SOFRIMENTO MENTAL	MINISTÉRIO DAS MULHERES	023086/2023
OMNI INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MINISTÉRIO DAS MULHERES	046165/2023
ASSOCIACAO ESPACO PEQUENO CIDADAO	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	71000.047676/2023-18
INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL LUMIART	MINISTÉRIO DA CULTURA	009277/2023
PROJETO LUCAS INSTITUTO SOCIAL, ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	048448/2023
RECRIAR- RETIRO COMUNITARIO DE AUXILIO A RECUPERACAO	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	010345/2023
INSTITUTO TERAPEUTICO REVITALY	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	010638/2023
ASSOCIACAO SANTANA DOJO DE KARATE	MINISTÉRIO DO ESPORTE	010993/2023
SEARA ESPIRITA DE UMBANDA OGUM OXOSSE E XANGO	MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	010092/2023
ASSOCIACAO CULTURAL SERTAO NA ARTE NOSSA SENHORA DA GLORIA/SE	MINISTÉRIO DA CULTURA	009504/2023
FUNDACAO SOBREVIVI	MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	032148/2023

RELATÓRIO PRÁTICO DE PARCERIAS MROSC



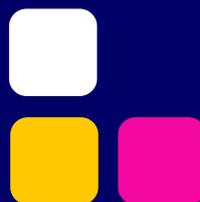
Processos acompanhados

FUNDACAO SOBREVIVI	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.032122/2023-16
ASSOCIACAO ACAO SOCIAL SOMAR	MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	009165/2023
ASSOCIACAO DE CAPOEIRA KILOMBARTE	MINISTÉRIO DA CULTURA	01400.006663/2023-92
ASSOCIACAO PROMOCIONAL VIDA NOVA	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	009174/2023
ASSOCIACAO PROMOCIONAL VIDA NOVA	MIN. DESENV. E ASSIST. FAMÍLIA SOCIAL. E COMBATE FOME	052455/2023
VILA NOVA ESPORTE CLUBE	MINISTÉRIO DO ESPORTE	71000.029596/2023-72

Consulte outros processos em nosso currículo completo, disponibilizado no site www.projetus.org



RELATÓRIO PRÁTICO DE PARCERIAS MROSC



Consideração inicial

Primeiramente, é fundamental abordar uma questão crítica: a utilização de uma plataforma construída para municípios para gerir parcerias sob o MROSC. Acreditamos que tal abordagem não só negligencia os avanços da agenda MROSC, mas também pode ter contribuído para sua interrupção nos últimos anos. Portanto, é imprescindível sugerir, com urgência, a implementação de um módulo específico para o MROSC no Transfere GOVBR. A PROJETUS, com seu sistema modular já 90% desenvolvido, está disposta a contribuir ativamente para este processo, faltando apenas questões de integração e a conclusão do frontend. Esta medida visa não apenas atender as necessidades específicas das OSCs, mas também assegurar uma gestão mais eficaz e alinhada com os princípios do MROSC.

Resumo técnico

Este resumo técnico apresenta uma visão consolidada dos principais desafios enfrentados pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no âmbito das parcerias estabelecidas sob o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Com essa visão abrangente dos desafios operacionais, estabelecemos um ponto de partida para discussões aprofundadas e estratégicas em cada eixo.

1. Planejamento:

-  **Desafio:** A ausência de diretrizes claras e protocolos definidos para os gestores públicos na análise das propostas resulta em interpretações variadas e pareceres inconsistentes. A falta de uniformidade entre os ministérios adiciona complexidade.
-  **Proposta:** Incluir a coparticipação da sociedade civil na elaboração dos instrumentos e modelos, integrando a perspectiva prática para aprimorar a eficiência.

2. Seleção e Celebração:

-  **Desafio:** A inconsistência e a visão descompassada dos técnicos prejudicam a percepção de parceria, gerando dificuldades desnecessárias.
-  **Proposta:** Implementar um módulo MROSC no TRANSFERE GOVBR. Utilizar inteligência artificial para análise preliminar, agilizando o processo e minimizando a intervenção humana.

3. Execução:

- 📌 **Desafio:** O sistema TRANSFERE GOV é complexo e a falta de uma estrutura adequada para as OSCs compromete a operacionalização eficiente.
- 📌 **Proposta:** Adicionar funções no módulo MROSC que simplifiquem os pagamentos e a conciliação de atividades.

4. Monitoramento e Avaliação:

- 📌 **Desafio:** A responsabilização excessiva cria um ambiente de investigação e desconfiança, impactando negativamente o desenvolvimento dos projetos.
- 📌 **Proposta:** Focar mais no cumprimento do objeto e menos nos detalhes da execução, proporcionando mais autonomia aos convenientes.

5. Prestação de Contas:

- 📌 **Desafio:** A abordagem atual gera um clima de medo e hostilidade, afetando a relação entre as entidades e os gestores técnicos.
- 📌 **Proposta:** Realizar uma avaliação específica sobre o objeto do projeto, sem responsabilizar ou criminalizar os técnicos.

6. Geral:

- 📌 **Desafio:** O processo desde a submissão até a prestação de contas enfrenta inúmeros obstáculos, com a responsabilização dos técnicos gestores sendo um dos maiores impeditivos.
- 📌 **Proposta:** Desenvolver um módulo MROSC com funções específicas que atendam às realidades operacionais das entidades, alinhando-se com os objetivos do MROSC, inteligência artificial e protocolos interministeriais bem desenhados.

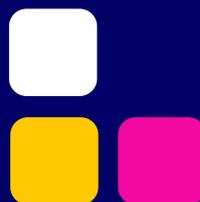


Desafios encontrados

Introdução aos Principais Desafios e Soluções Encontrados nas Parcerias OSC-Governo

Neste segmento do relatório, destacamos os 11 principais desafios enfrentados pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) na celebração e execução de parcerias sob o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Estes desafios foram identificados a partir de uma análise aprofundada das experiências vivenciadas pelas entidades, abrangendo desde a fase de planejamento e submissão de propostas até a execução e prestação de contas dos projetos. As dificuldades elencadas refletem questões complexas e multifacetadas, incluindo a burocracia excessiva, a inconsistência nos processos de análise, e a falta de uniformidade nas exigências dos diversos ministérios.

RELATÓRIO PRÁTICO DE PARCERIAS MROSC



Reconhecendo a necessidade de abordagens pragmáticas para superar esses obstáculos, propomos também quatro soluções estratégicas que visam sanar ou mitigar os desafios identificados. Estas soluções incluem a implementação de um protocolo interministerial para padronização dos processos, a adoção de um sistema de aprovação baseado em históricos de projetos anteriores, a extinção do impedimento técnico em favor do trabalho em rede, e a criação de uma relação mais colaborativa entre órgãos governamentais e OSCs. Acreditamos que estas medidas, ao serem implementadas, podem significativamente otimizar os processos, promover a eficiência, e fortalecer a atuação das OSCs em suas missões de impacto social.

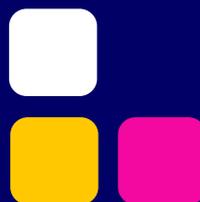
1. Desafio da Definição de Ação Orçamentária e Suas Implicações

Um dos desafios críticos identificados envolve a alocação de emendas parlamentares em ações orçamentárias específicas, uma tarefa que exige compreensão dos complexos arranjos da administração pública. Em teoria, a responsabilidade de identificar a ação orçamentária mais apropriada para um projeto proposto recai sobre o gabinete parlamentar e o assessor de orçamento. No entanto, na prática, muitos gabinetes transferem essa responsabilidade para as OSCs, questionando-as sobre qual seria a ação orçamentária adequada. Isso coloca as entidades em uma situação difícil, uma vez que muitas delas não possuem conhecimento técnico sobre o assunto.

A PROJÉTUS tem desempenhado um papel fundamental neste cenário, atuando como intermediária entre as entidades e os gabinetes, e até mesmo orientando sobre as ações orçamentárias e outras categorizações, como o Grupo de Natureza de Despesa (GND) adequado, para que os gabinetes possam inserir as informações corretamente no sistema SIOP.

Além disso, as restrições inesperadas nas ações orçamentárias frequentemente pegam as entidades de surpresa. Muitas vezes, projetos inicialmente submetidos são completamente incompatíveis com a ação orçamentária indicada, forçando as OSCs a fazerem ajustes significativos e a pivotarem todo o processo. Esta situação não só atrasa a implementação de projetos importantes, mas também impõe desafios administrativos adicionais para as entidades.

RELATÓRIO PRÁTICO DE PARCERIAS MROSC



2. Desafio da Navegação e Compreensão na Submissão de Propostas

Outro desafio enfrentado pelas OSCs envolve a submissão de propostas no contexto dos cronogramas de execução de emendas parlamentares estabelecidos pelo governo federal. Com cerca de quatro cronogramas lançados anualmente, os prazos para a divulgação de beneficiários e programas de trabalho pelos ministérios são seguidos por prazos para o cadastramento das propostas pelas entidades. Neste processo, a ausência de um manual didático e atualizado representa um obstáculo significativo para o sucesso das OSCs.

As entidades se veem diante de um sistema repleto de termos técnicos e camadas complexas, muitas vezes necessitando recorrer a consultorias externas ou buscar ajuda emergencial. Mesmo para os associados com maior afinidade tecnológica, o sistema apresenta desafios com sua linguagem enigmática. Termos como "Caracterização de Interesses Recíprocos", "Diretrizes do Programa" e "Objeto", apesar de familiares para profissionais experientes, representam conceitos abstratos e uma linguagem distante para muitas OSCs. Esta barreira linguística e técnica dificulta enormemente a participação efetiva das entidades no processo, limitando sua capacidade de navegar com sucesso nas etapas de submissão de projetos.

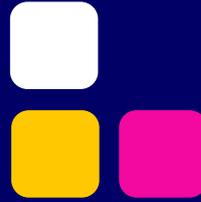
3. Desafio do Pacote de Formalização: Inconsistências e Falta de Padronização

Um aspecto particularmente desafiador para as OSCs é a formalização das propostas, que muitas vezes é prejudicada pela falta de padronização e clareza na documentação exigida pelos diversos ministérios. Embora alguns ministérios, como o Ministério do Esporte, se destaquem ao fornecer um pacote de formalização com modelos de documentos em arquivo .zip, outros, como o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), apresentam exigências de documentos pouco claros ou sem modelos definidos, frequentemente referidos pelos técnicos como "declarações fantasmas".

Além disso, o Ministério da Cultura implementou uma abordagem mais simplificada com a Declaração Conjunta, reduzindo a necessidade de múltiplos anexos. No entanto, as OSCs ainda enfrentam desafios com a exigência de reconhecimento em cartório de alguns documentos, um procedimento que idealmente poderia ser substituído pela assinatura digital gov.br. Esta situação exige frequentemente debates e convencimento dos gestores para aceitar alternativas mais modernas e eficientes.

Um pacote de formalização interministerial, bem estruturado e fornecido antecipadamente - antes mesmo do cadastramento da proposta - poderia otimizar significativamente o processo. Isso não apenas aceleraria a análise, mas também proporcionaria maior clareza e eficiência, alinhando-se melhor com os objetivos e a agenda do MROSC.

RELATÓRIO PRÁTICO DE PARCERIAS MROSC



4. Desafio do Prazo para Resposta a Diligências: A Necessidade de Flexibilidade e Sensibilidade

Uma questão operacional que representa um grande desafio para as OSCs é o prazo estabelecido para a resposta a diligências. Embora seja compreensível a necessidade de prioridade e celeridade nos processos de análise, muitas vezes os gestores estabelecem prazos extremamente curtos para as respostas, sem considerar as limitações e a realidade operacional das entidades. É comum que diligências sejam enviadas no final do expediente de sexta-feira, com a expectativa de uma resposta na segunda-feira ou, em alguns casos, até no domingo. Essa prática, muitas vezes involuntária, mas resultante de falta de sensibilidade, coloca as instituições sob uma pressão desnecessária, limitando não apenas seu tempo de operacionalização, mas também impactando o descanso e os compromissos pessoais de seus membros, como também a agenda de atividades das OSCs.

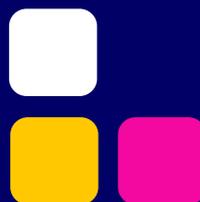
Uma abordagem mais equilibrada e sensível seria estabelecer um padrão de prazo em dias úteis, como por exemplo três dias úteis, para a resposta a essas diligências. Isso permitiria às OSCs planejar melhor suas respostas e operações, sem sacrificar o bem-estar e os compromissos pessoais de suas equipes. Essa mudança não só seria mais justa para as entidades, mas também contribuiria para a qualidade e precisão das respostas fornecidas, resultando em um processo mais eficiente e humano.

5. Desafio das Diligências com Tom de Ameaça: Pressão Psicológica sobre a OSCs

Um aspecto particularmente preocupante no processo de gestão de parcerias é o tom frequentemente ameaçador adotado nas diligências enviadas às OSCs. Estas comunicações costumam conter advertências severas como "sob pena de impedimento técnico", o que adiciona uma camada significativa de pressão e estresse para as entidades. Muitas dessas organizações são lideradas por indivíduos sem formação superior ou até mesmo sem o ensino médio completo, enfrentando, portanto, desafios consideráveis na compreensão e no atendimento às exigências administrativas.

O cenário se agrava quando consideramos que o principal foco dessas entidades é a entrega de serviços sociais e a implementação de políticas públicas, muitas vezes em contextos humanitários críticos. Confrontar-se com um sistema complexo e uma linguagem técnica distante de sua realidade cotidiana, e ainda sob a ameaça de perder um projeto crucial por não atender a uma exigência mal compreendida, impõe uma pressão psicológica desproporcional sobre os responsáveis pelas OSCs.

Este contexto evidencia a necessidade urgente de sensibilização por parte do poder público e de uma revisão dos processos de comunicação com as OSCs. O objetivo deve ser tornar as diligências mais compreensíveis e menos ameaçadoras, além de dinamizar o processo para que as entidades possam escalar seus serviços e atendimentos de forma mais eficaz e sem o peso de uma pressão psicológica constante.



6. Desafio das Diligências com Exigências 'Paraquedas'

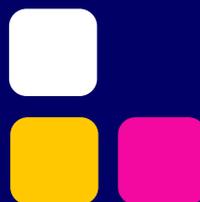
Um fenômeno comum e frustrante no processo de análise e aprovação de projetos pelas OSCs são as exigências que nós, técnicos, denominamos de "paraquedas". Estas exigências aparecem inesperadamente em etapas avançadas do processo de diligência, como na terceira, quarta ou subseqüentes rondas de revisão. O problema reside no fato de que essas exigências poderiam ter sido identificadas e comunicadas desde a primeira análise, mas, por alguma razão, são trazidas à tona mais tarde, criando uma sensação de que se está constantemente "procurando pêlo em ovo".

Este padrão de solicitações tardias e fragmentadas gera significativa insegurança e frustração nas OSCs. A cada submissão de projeto e recebimento de uma resposta, há um suspiro de alívio e a esperança de que o processo esteja concluído. No entanto, frequentemente, a diligência subseqüente não só repete solicitações anteriores sem fornecer detalhes adicionais, mas também introduz novos requisitos. Em alguns casos, solicitações que pareciam ter sido atendidas em diligências anteriores são novamente solicitadas em etapas posteriores, adicionando confusão e atrasos ao processo.

Esta prática não só atrasa a execução dos projetos, mas também impõe um ônus administrativo desnecessário às OSCs, que frequentemente operam com recursos limitados e sob pressão de tempo. Uma análise mais minuciosa e abrangente desde o início, evitando as exigências "paraquedas", contribuiria significativamente para a eficiência e eficácia do processo de parceria entre OSCs e o governo.



RELATÓRIO PRÁTICO DE PARCERIAS MROSC

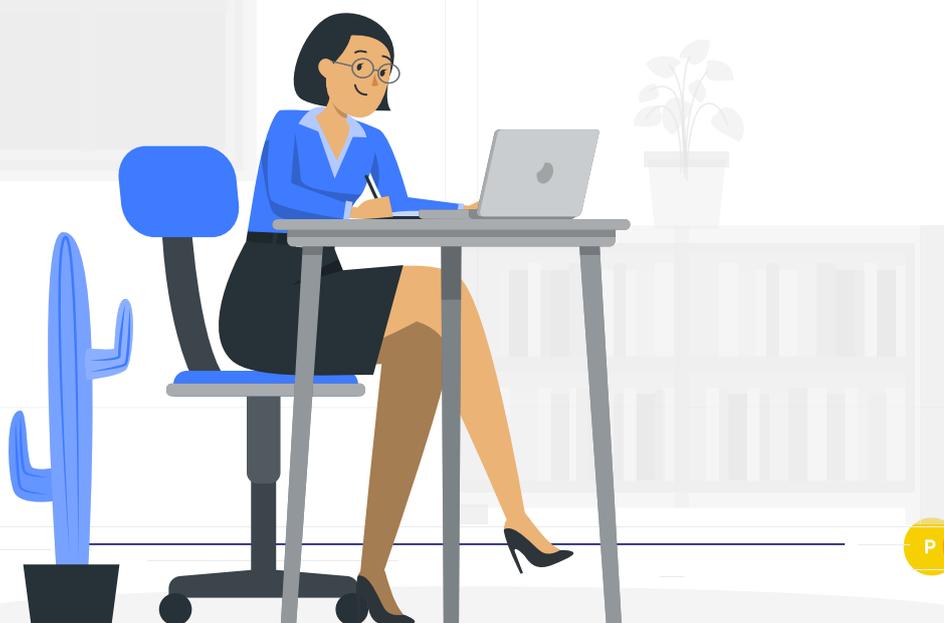


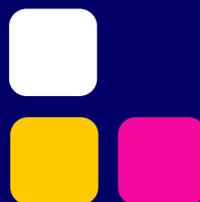
7. Desafio do Relacionamento com Instituições Financeiras: Conformidade e Regularização de Contas

Um desafio operacional frequente para as OSCs, especialmente no decorrer do processo de diligências, é a conformidade e regularização das contas junto aos bancos mandatários, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Após a indicação da agência bancária de preferência, as entidades são convocadas através da plataforma ou por correspondência para apresentarem a documentação necessária à agência escolhida. Contudo, frequentemente se deparam com uma falta de familiaridade dos gerentes bancários em relação ao procedimento específico para contas vinculadas a convênios e emendas parlamentares.

Essa desconhecimento por parte dos agentes bancários se traduz em múltiplas visitas às agências para garantir a conformidade da conta, uma vez que o status da conta muitas vezes não é atualizado de forma oportuna no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), impedindo a utilização dos recursos. Esta problemática é agravada pela falta de instruções claras da Gerência de Governo (GEGOV) aos bancos, resultando em atrasos e confusões sobre a necessidade de abrir uma conta poupança conjunta associada ao convênio.

A PROJÉTUS já se viu na posição de orientar os gerentes bancários sobre este processo, antecipando que essa é uma causa comum de inconformidade no sistema. Isso reflete a necessidade de uma melhor comunicação e treinamento entre as instituições financeiras e as agências governamentais responsáveis, para assegurar que as OSCs possam acessar e utilizar os recursos de forma eficiente e sem entraves burocráticos desnecessários.



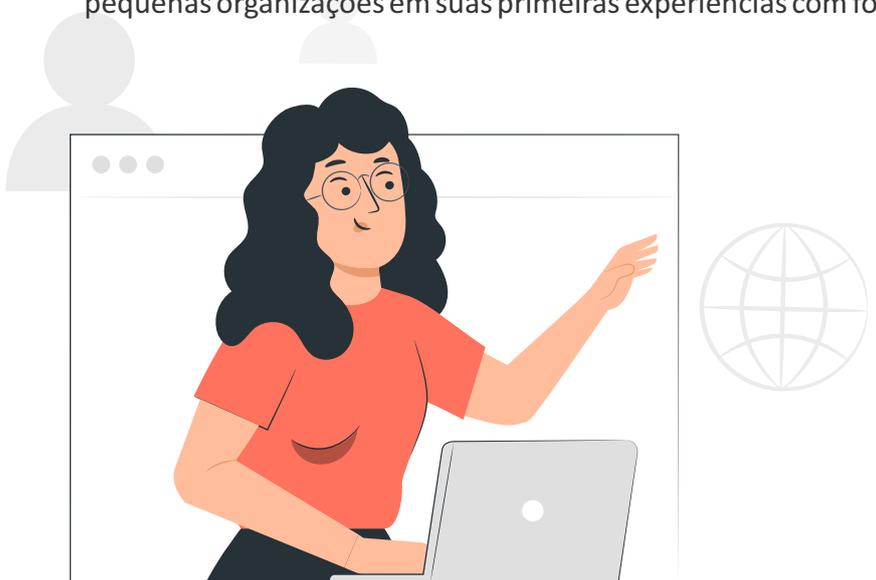


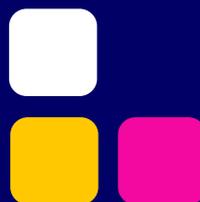
8. Desafio da Experiência Limitada dos Técnicos e Interpretações Pessoais na Diligências

Um dos desafios mais significativos enfrentados pelas OSCs no processo de parceria com o governo é a experiência limitada e as interpretações pessoais dos técnicos responsáveis pela análise de projetos. O Brasil, com sua vasta diversidade cultural, apresenta desafios únicos neste aspecto. Muitas vezes, as diligências são conduzidas por indivíduos que não têm conhecimento profundo da realidade vivida pelas organizações e pelos públicos beneficiados. Isso resulta em uma abordagem insensível e muitas vezes desconectada, que pode descaracterizar a essência do projeto original.

Além disso, a capacidade técnica das OSCs para desenvolver projetos extremamente detalhados e alinhados com as expectativas dos técnicos muitas vezes é limitada. A comunicação torna-se um obstáculo colossal, exacerbado pelo desconhecimento dos gestores sobre as atividades propostas, levando a solicitações fora de contexto e opiniões pessoais que podem desvirtuar o objetivo central da entidade. Um exemplo ilustrativo desta problemática é a variação significativa nos resultados de análise para um mesmo projeto, dependendo do técnico que o avalia.

Essa distância cultural e de compreensão entre os técnicos e as OSCs frequentemente resulta em restrições, glosas ou ajustes baseados em interpretações pessoais. Em alguns casos, técnicos bem-intencionados chegam a sugerir textos específicos para os projetos, revelando a estranha realidade de ter que moldar a descrição da realidade de uma OSC para se adequar à perspectiva de outra cultura. Ademais, a postura do técnico como um “juiz de mérito”, exigindo ser convencido da capacidade da organização em cumprir o que propõe, representa um empecilho adicional, especialmente para pequenas organizações em suas primeiras experiências com fomento ou colaboração.





9. Desafio da Morosidade nos Processos de Aprovação e Prazos Restritos para as OSCs

Um problema recorrente no processo de gestão de parcerias é a morosidade nos processos de aprovação dos projetos. À medida que o cronograma estabelecido pelo executivo se estreita e os prazos para indicação de impedimentos técnicos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) se aproximam, observa-se uma tendência dos técnicos em apressar as análises que foram previamente adiadas. Essa pressa resulta na redução drástica dos prazos de resposta para as OSCs, às vezes exigindo a entrega de documentos no mesmo dia em que a diligência é solicitada.

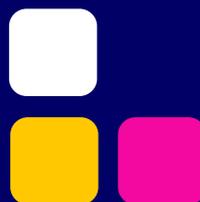
Quando as organizações questionam esses prazos exíguos ou solicitam prazos mais extensos, frequentemente enfrentam desconforto e resistência por parte dos técnicos, que podem recorrer a ameaças de impedimento técnico. Esta situação coloca uma pressão excessiva sobre as OSCs, que se veem encurraladas e pressionadas a cumprir demandas em um tempo irrealista. Tal cenário não apenas prejudica a capacidade das entidades de responder adequadamente às exigências, mas também aumenta o risco de enfrentarem impedimentos técnicos, afetando negativamente a execução de seus projetos e o cumprimento de suas missões sociais.

10. Desafio da Ausência de um Protocolo Uniformizado de Execução e Pagamentos

Um dos aspectos mais desafiadores na fase de execução de projetos para as OSCs é a falta de um protocolo de execução padronizado entre os diferentes ministérios, particularmente no que tange aos processos de pagamento. Enquanto alguns ministérios, como o de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), Mulheres e Cultura, tendem a focar mais nos resultados e apresentam uma abordagem mais flexível, outros, como o Ministério do Esporte, adotam procedimentos mais rígidos.

Essa disparidade nos métodos de acompanhamento e na gestão de pagamentos cria um cenário de incerteza para as OSCs. Ministérios com processos mais rigorosos frequentemente impõem chamamentos para a seleção de profissionais e estabelecem protocolos obrigatórios para a execução de pagamentos, impondo restrições adicionais sobre as entidades. Tais exigências acabam limitando a autonomia das OSCs, impedindo-as de exercerem seu potencial plenamente e de focarem na entrega efetiva dos resultados esperados pelo projeto.

A falta de um protocolo unificado não só aumenta a complexidade administrativa para as OSCs, mas também impede uma execução fluida e eficiente dos projetos. Um sistema mais harmonizado e flexível para a execução de pagamentos e acompanhamento de projetos seria benéfico, permitindo que as OSCs concentrem seus esforços no impacto social dos seus projetos, em vez de navegar por um labirinto de procedimentos variados e muitas vezes restritivos.

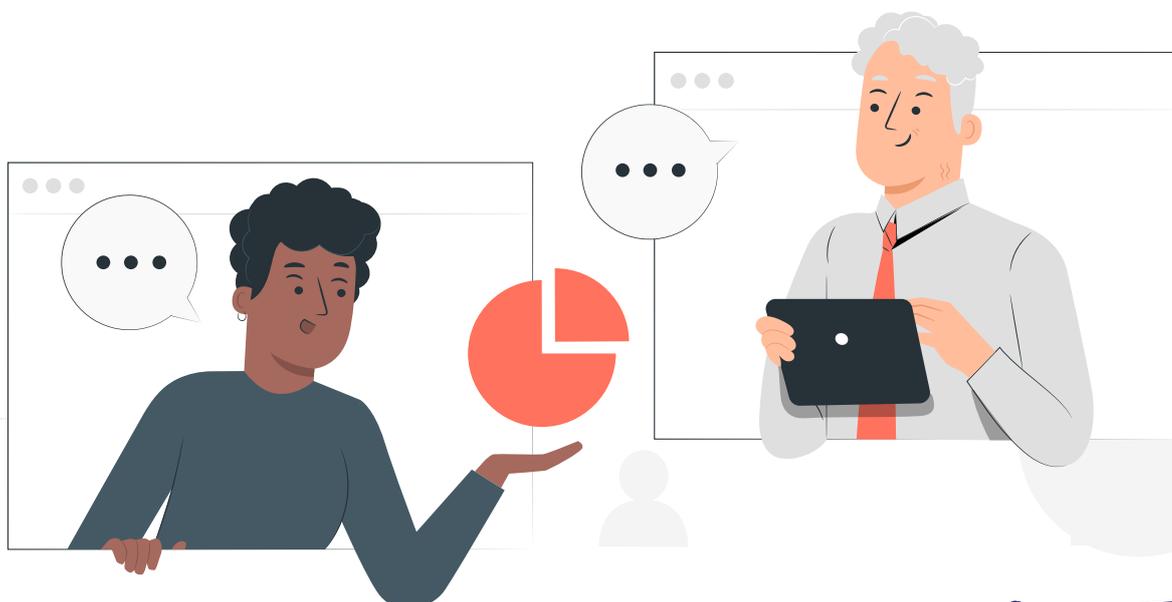


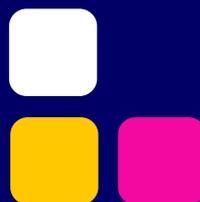
11. Desafio dos Pagamentos Retroativos: Impacto na Sustentabilidade das OSCs

Um dos desafios mais prementes para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) é a questão dos pagamentos retroativos. Muitos projetos iniciam com um saldo negativo, visto que o processo de formalização pode levar de seis a sete meses, e em anos de transição governamental, esse período pode ser ainda mais prolongado. Este atraso gera um efeito em cadeia prejudicial para as entidades que dependem desses recursos para sua sustentabilidade.

Atualmente, na execução do orçamento público, as despesas não podem ser retroativas, ou seja, precisam estar dentro do período de vigência do projeto. Contudo, seria extremamente benéfico para as OSCs se custos administrativos pudessem ser ressarcidos retroativamente. Além disso, à luz das leis de incentivo, a remuneração retroativa de técnicos do sistema ou projetistas contribuiria significativamente para a saúde financeira das entidades. Isso também promoveria uma transparência mais genuína no setor, visto que atualmente é prática comum - e de conhecimento geral entre os envolvidos no terceiro setor - o uso de 'disfarces' nas rubricas para executar despesas retroativas ou alocar recursos para necessidades não aprovadas no projeto original.

A possibilidade de pagamentos retroativos para despesas administrativas e remuneração de técnicos seria um passo importante para garantir a continuidade e eficácia das atividades das OSCs, evitando soluções improvisadas que comprometem a clareza e a integridade dos projetos.





Sugestões

Sugestão de Aprovação Baseada em Histórico de Projetos Anteriores

Uma solução potencial para diversos desafios mencionados anteriormente seria a implementação de um protocolo de aprovação de projetos que leve em consideração o histórico de formalizações anteriores das OSCs. Especificamente para projetos de continuidade ou sazonais, mas com atividades constantes, passar pelo processo de aprovação completo em cada nova submissão se revela excessivamente burocrático e ineficiente. Em vez disso, poderia ser estabelecido um sistema que reconheça e aproveite os registros de projetos similares anteriormente aprovados.

Atualmente, o banco de dados do governo contém uma variedade de planos de trabalho e outros documentos para atividades semelhantes, resultando em uma duplicação desnecessária de esforços e no uso ineficaz do tempo dos gestores públicos. Ao adotar um protocolo que considera aprovações anteriores para atividades recorrentes, os gestores poderiam focar mais no monitoramento baseado nos resultados das parcerias, assim como na dedicação e atenção necessárias para acelerar novos processos. Isso não só agilizaria a aprovação de projetos contínuos, mas também liberaria recursos valiosos para a supervisão efetiva e o desenvolvimento de novas iniciativas.

Proposta de um Protocolo Interministerial para Uniformização e Eficiência

A implementação de um protocolo interministerial surge como uma solução vital para proporcionar maior segurança aos avaliadores e, mais importante, estabilidade e previsibilidade para as OSCs. Esse protocolo poderia incluir elementos como uma declaração conjunta e um plano de trabalho simplificado, possivelmente com modelos semi-preenchidos ou até replicados do histórico das respectivas entidades, facilitando e agilizando o processo de submissão.

Além disso, o protocolo deveria oferecer um manual detalhado para os gestores, abrangendo especificamente os trâmites de formalização e resposta a diligências. Este manual funcionaria como um guia passo a passo para os técnicos, detalhando ações específicas a serem tomadas em cada situação. Essa abordagem, semelhante a uma 'jornada do usuário', ajudaria a reduzir a margem para interpretações subjetivas e possíveis parcialidades, garantindo uma maior uniformidade e justiça no tratamento das propostas das OSCs.

A criação de um protocolo interministerial não apenas padronizaria os procedimentos, tornando-os mais transparentes e fáceis de navegar, mas também otimizaria o uso do tempo e dos recursos tanto dos avaliadores quanto das OSCs, contribuindo significativamente para a eficiência e eficácia do processo de gestão de parcerias.



Proposta de Extinção do Impedimento Técnico e Fomento ao Trabalho em Rede

Um aspecto crítico no processo de gestão de parcerias é a prática do impedimento técnico, frequentemente utilizado de maneira controversa. Existem relatos e experiências que indicam a ocorrência de uma espécie de "máfia do impedimento técnico", onde imposições absurdas nas diligências levam a um impedimento técnico disfarçado. Essas situações muitas vezes são marcadas por pressões psicológicas e ameaças veladas, culminando em ligações de última hora de Brasília para as instituições, com propostas indevidas de "ajuda" em troca de uma porcentagem dos recursos ou pagamentos imediatos.

A proposta de extinção do impedimento técnico visa trazer maior transparência e integridade ao processo. Em vez de penalizar as OSCs por falta de capacidade técnica - especialmente aquelas em seu primeiro fomento - a sugestão é permitir que estas entidades indiquem parceiros capazes de colaborar na execução do projeto. Essa abordagem de trabalho em rede não apenas otimiza a entrega de políticas públicas, mas também assegura o direito das OSCs de receberem os recursos conforme estipulado pelo artigo 166 da Constituição, no contexto das emendas parlamentares impositivas.

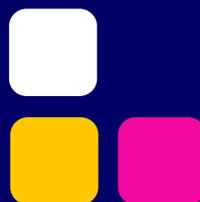
Esta mudança no processo não apenas eliminaria as oportunidades para práticas corruptas e questionáveis, mas também encorajaria a colaboração e o compartilhamento de expertise entre as OSCs, fortalecendo o setor como um todo e garantindo uma execução mais eficiente e eficaz dos projetos.



Desafio da Criminalização do Servidor Público e a Relação com Órgãos de Controle

Uma das questões mais delicadas no contexto das parcerias entre OSCs e o governo é a tendência à criminalização dos servidores públicos. Esta abordagem tem levado os técnicos analistas a uma postura de extrema cautela, refletindo-se em pareceres excessivamente rigorosos e procedimentos burocráticos onerosos para as instituições. Este ambiente de desconfiança e medo entre os servidores não só impede uma análise mais ágil e flexível dos projetos, mas também contribui para um processo de gestão de parcerias mais lento e complexo para as OSCs.

Como solução para este problema, seria ideal estabelecer uma relação mais próxima e um alinhamento efetivo entre o protocolo interministerial proposto e os órgãos de controle. Este alinhamento deveria ser orientado não apenas para proteger o orçamento público, mas principalmente para dinamizar os processos de parceria, em sintonia com os objetivos do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). O foco deve ser na facilitação e agilização dos processos, assegurando a execução eficiente e transparente das parcerias, enquanto se mantém a integridade e a responsabilidade fiscal.



Conclusão

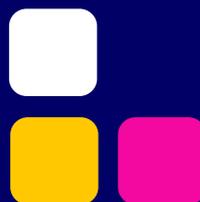
Análise dos Desafios nas Parcerias OSC-Governo

Ao finalizar esta análise detalhada dos principais desafios enfrentados pelas OSCs em suas parcerias com o governo, torna-se evidente a complexidade e a profundidade dos obstáculos no caminho dessas entidades. Os desafios variam desde questões técnicas e burocráticas até dificuldades de comunicação e entendimento mútuo entre as OSCs e os órgãos governamentais. O impacto desses desafios é significativo, afetando não apenas a eficiência e a eficácia das OSCs na execução de seus projetos, mas também a sua capacidade de atender às necessidades das comunidades que servem.

Através desta exploração, fica claro que as soluções propostas são não apenas necessárias, mas cruciais para a melhoria contínua do relacionamento entre as OSCs e o governo. A implementação de protocolos interministeriais padronizados, sistemas de aprovação baseados em históricos de projetos, a eliminação de impedimentos técnicos desnecessários, e a promoção de uma colaboração mais estreita e efetiva com os órgãos de controle, são passos fundamentais para superar esses desafios.

É imprescindível que essas mudanças sejam consideradas e adotadas para garantir que as OSCs possam continuar a realizar seu trabalho vital na sociedade de forma eficiente e sem entraves desnecessários. O sucesso das OSCs não apenas beneficia as comunidades que elas atendem, mas também contribui para a saúde e o bem-estar da sociedade como um todo.





Considerações finais

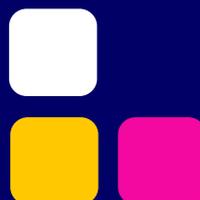
Compromisso da PROJETUS e do @EmpreendedorPublico

Concluimos este relatório reiterando o compromisso firme da PROJETUS e da comunidade do @EmpreendedorPublico em contribuir ativamente para a melhoria dos processos de parceria entre as OSCs e o governo. Com base na extensa experiência e no conhecimento acumulado, estamos plenamente cientes dos desafios enfrentados pelas OSCs e reconhecemos a urgência em buscar soluções efetivas para superá-los.

A PROJETUS, com sua expertise em facilitar a gestão de recursos públicos e em capacitar entidades sem fins lucrativos, juntamente com o apoio da comunidade do @EmpreendedorPublico, está inteiramente à disposição para colaborar com os órgãos governamentais, órgãos de controle e demais entidades relevantes. Nossa meta é trabalhar em conjunto para implementar as mudanças necessárias, visando otimizar os processos, promover a eficiência e, acima de tudo, assegurar que as OSCs possam realizar seu trabalho essencial de maneira mais eficaz e com menos obstáculos.

Estamos comprometidos em ser parte ativa dessa transformação, oferecendo nossa expertise, insights e recursos para facilitar uma parceria mais produtiva e benéfica entre as OSCs e o governo, contribuindo assim para um impacto social mais profundo e sustentável.

RELATÓRIO PRÁTICO DE PARCERIAS MROSC



PARTICIPE DA MUDANÇA!

Assine Nosso Relatório e Fortaleça Nossa Voz

Sua assinatura é poderosa! Convidamos você, leitor, a assinar nosso relatório e juntar-se à nossa causa na busca por melhorias significativas nas parcerias entre as OSCs e o governo. Quanto maior o número de assinaturas, maior será a pressão para a implementação das soluções propostas.

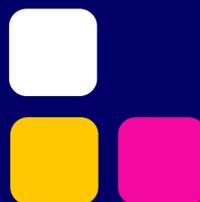
Como Assinar?

É simples! Escaneie o QR code abaixo ou clique nele para acessar diretamente o formulário de assinatura. Leva apenas alguns segundos, mas pode ter um impacto duradouro na transformação do terceiro setor.



**CLIQUE OU ESCANEIE O QR CODE
E PARTICIPE DO NOSSO ABAIXO ASSINADO!**

Cada assinatura conta e nos aproxima de um futuro onde as OSCs operam com mais eficiência e menos barreiras. **Ajude-nos a fazer essa mudança acontecer!**



Contatos e Links



www.projetus.org



www.empreadedorpublico.com.br



www.youtube.com/empreadedorpublico



<http://linkedin.com/in/otitosantana>



[@empreadedorpublico](https://www.instagram.com/empreadedorpublico)



Video: CONHEÇA A PROJÉTUS



Video: CONHEÇA O BATE PAPO 3º SETOR



Playlist: DEPOIMENTOS DE PARCEIROS